

ALAIN LIPIETZ  
o duplo aspecto  
da crise

3

Tradução de *Jorge de Almeida Fernandes*

Não vale a pena fazer batota: é a crise para todos.

Os marxistas de todas as tendências nem sequer tiveram tempo de sabeorear o amargo triunfo: verem esboroar-se a bela expansão capitalista que os governos e os economistas keynesianos tanto exaltavam. É que todos os seus modelos de referência ruíram ao mesmo tempo. Os discursos dogmáticos derivados do marxismo, que até nas universidades estavam em voga, tiveram de baixar o tom. A orgulhosa escola do "Capitalismo Monopolista de Estado", depois de ter virado do avesso todas as ciências sociais para justificar a larga frente anti-monopolista em volta do PCF, acaba por se entrincheirar em prudentes comentários a respeito da sobre-acumulação(1). E os cavaleiros trotskistas ou marxistas-leninistas da ortodoxia anti-revisionista (de que fiz parte) não podem também embandeirar em arco: para nos regozijarmos com os fracassos dos outros é preciso ter algo a propor.

Parece necessário recomeçar tudo. Desfeitas as certezas, estará mais livre o caminho para, enfim, analisar a Crise tal como ela é (a Crise real e não a que imaginamos na nossa cabeça!)? Talvez. De uma má coisa terá saído uma boa? Mas o que é próprio das crises não será exactamente a existência deste duplo aspecto? Até para o Capital!

Mas também não é caso para deitar fora a criança com a água do banho (2), queimar o que se adorou, rejeitar as aquisições da experiência histórica, e o balanço desta experiência em Marx ou em Lenine. Mas não tínhamos nós esquecido que os "textos sagrados" nunca foram mais do que o balanço subjectivo de uma experiência limitada? E, de resto, ao ler esses balanços como "Tábuas da Lei", não lhes teremos atribuído um conteúdo que eles nunca tiveram?

Isto vem justamente a propósito da Crise, que uma longa tradição marxista liga à ineluctabilidade da Guerra e da Revolução. Pode ainda esperar-se a Revolução e temer cada vez mais a Guerra; isso não nos dispensa de reflectir, de uma maneira um pouco mais rigorosa, sobre o problema das "saídas" da crise.

"Uma nova revolução só será possível na sequência de uma nova crise, mas uma é tão certa como a outra". É assim que Marx, em Novembro de 1850(3), resume o balanço lúcido e optimista do fracasso da Revolução de 1848. Lúcido: finda a crise, não se pode continuar a esperar o "relançamento" do movimento revolucionário. "Da da esta prosperidade geral, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tão abundantemente quanto as condições burguesas o permitem, não tem sentido falar de verdadeira revolução!" Mas optimista: as contradições iminentes do novo modo de produção engendrarão novas crises.

Eis portanto fundado o laço entre crise e revolução. Em relação a 1850 não é mal visto! E com base numa única experiência! Mas tanto bastou para provocar, entre os marxistas, uma série de interpretações erradas (às quais não pretendo ter escapado!). As mais correntes são o "catastrofismo" e o "economicismo". O "catastrofismo" parte da ineluctabilidade da Crise e identifica-a com a ineluctabilidade da Revolução. No entanto, basta restabelecer o contexto: Marx acaba de viver uma excelente "saída capitalista da Crise". A experiência acaba de mostrar (e mostrá-lo-á muito mais vezes ainda) que a classe dominante pode sair de uma crise e pode, inclusivamente, aproveitar-se dela: para liquidar certos arcaísmos, para lançar as bases de uma nova hegemonia.

Quanto ao "economicismo", ele limita-se a ver o lado económico da Crise. Ora, uma crise que fosse só económica não seria uma crise excessivamente grave. Mas, precisamente, Marx não analisa a crise de 1848 de forma economicista. Ao contrário dos frutuócos trabalhos de F. Braudel e E. Labrousse sobre a "crise de subsistência(4), que efectivamente trouxeram à luz as raízes económicas da crise de 1848, a análise de Marx concentra-se na crise social e política: aspirações democráticas das massas, contradições entre as fracções industrial, bancária e financeira da burguesia. A saída (bonapartista) da crise tem, para ele, um duplo aspecto: por um lado, são sufocadas as aspirações das massas (pela contra-revolução de Junho de 1848, depois pela divisão operários/camponeses); e, por outro, as fracções da burguesia descobrem um novo "modus vivendi". O mesmo se passa no plano económico: as massas populares "pagam a crise" e, de resto, entra em funcionamento um verdadeiro regime de acumulação capitalista, que rompe definitivamente com o regime de transição para o capitalismo que vigorava em França desde o século XVIII.

Este exemplo, que se tornou clássico, dá uma ideia da dupla complexidade da crise.

Em primeiro lugar, elas não são puramente económicas, mas também sociais, políticas, ideológicas, culturais. E, por outro lado, cada um destes níveis (a começar pelo económico, nível determinante) apresenta um duplo aspecto: um *afrontamento* e um *apuramento* (a). Duplo aspecto que Lenine resumirá, incisivamente, nas suas páginas sobre a "crise nacional": "*Toda a experiência mostra que, para a Revolução ser possível não basta que os de baixo já não queiram viver como antes, mas também que os de cima já não possam comandar à antiga maneira*" (5).

Já é um razoável progresso compreender que na Crise, por um lado, "já não há entendimento possível entre os de baixo e os de cima"; e que, por outro lado, também já "não há acordo entre os de cima". Todos estão de acordo num ponto: é preciso que as coisas mudem. Só que, para os de cima, como dizia um personagem do "Leopardo", é preciso "mudar tudo para que tudo fique como dantes". E, para os de baixo, "o que já era penoso torna-se agora insuportável".

Há, evidentemente, uma relação entre os dois: no movimento real, estes dois aspectos estão em relação "dialéctica". E a dialéctica é uma arte tão difícil como a pintura a óleo. Para simplificar, podemos começar por fazer um pequeno esquema mecânico, como no bilhar.

Em primeiro lugar, a iniciativa (ou a resistência) "dos de baixo" faz rebentar os equilíbrios "em cima"; a seguir, a crise "dos de cima" abre a brecha para a iniciativa "dos de baixo"; e a grande questão passa a ser, então, a do confronto entre "os de baixo e os de cima": revolução ou contra-revolução. Se a revolução é vencida, "os de cima" podem então resolver entre si as suas questões e, até, atenuar posteriormente a tensão que os opõe "aos de baixo".

Só que, nas crises concretas, as coisas são evidentemente muito menos claras. O efeito "bola de neve" entre o aspecto "Alto/Baixo" e o aspecto "Alto/Alto" da crise (quando a iniciativa das massas agrava a crise de hegemonia (6) que, por sua vez, alarga o espaço de iniciativa "dos de baixo"), aquilo que um amador de cibernética designaria por "feed-back positivo", não se desenvolve necessariamente até à "escalada aos extremos" evocada nos citados textos de Marx e Lenine. Se a pressão "dos de baixo" não é suficientemente forte, a crise resolve-se pura e simplesmente numa

---

(a) No original *apurement*, termo contabilístico que designa um "fecho de contas" e que tem aqui o sentido de *selecção*. (H.D.T.)

remodelação da "forma de comandar" "dos de cima": remodelação das alianças de classe, das formas de hegemonia, do modelo de desenvolvimento e do correspondente discurso. O amador da cibernética fala então de "efeito válvula", de "feed-back negativo": o excesso de tensão desencadeou um mecanismo que diminui a tensão(7).

Afinal: "brecha" ou "válvula", a crise? Ora, justamente, nada se pode dizer antecipadamente, pois o capitalismo não é uma máquina cibernética auto-regulada, mas um tecido de contradições, de relações sociais encadeadas a diferentes níveis. Cada uma destas contradições é, alternadamente, "luta" e "unidade" entre os diversos aspectos. Mas a unidade própria destas relações sociais (a sua "reprodução") mantém-se através da luta (o que se pode chamar "regulação"), do mesmo modo como pode desaparecer nesta luta ("explosão", abolição dessas relações). "Tudo depende, dizia Lenine, das condições". Ou seja, da complexidade, da imbricação das crises (económicas, sociais, etc.) que se encadeiam "na" crise. É por isso que cada crise que se nos depara na história deve ser analisada em si mesma, com paciência, sem procurar metê-la numa fórmula pré-fabricada.

E, sobretudo, tendo um especial cuidado em localizar, a cada nível da crise complexa, os dois eixos de desdobramento da crise: afrontamento e apuramento, explosão e regulação, etc... etc.

É o que vou tentar mostrar a propósito da crise actual da sociedade francesa, e muito particularmente da do seu nível económico (8).

Com efeito, a crise actual apresenta entre nós (e, de facto, em toda a Europa do Sul) este carácter de "dupla multiplicidade". É ao mesmo tempo uma crise económica e uma crise de hegemonia (social, política, ideológica, cultural).

#### A CRISE DO BLOCO HEGEMÓNICO

Começemos pela crise da hegemonia. Eclodiu em Maio de 1968 e não foi posteriormente reabsorvida. É a crise do velho bloco hegemónico herdado da III República: a aliança da burguesia e dos pequenos proprietários contra o proletariado. O desenvolvimento capitalista depois da Libertação cilindrou os tradicionais aliados e camadas de apoio: pequenos empresários, campesinato, etc. Paralelamente, produziu uma Nova Pequena Burguesia: engenheiros, quadros, do Estado e das Empresas, etc.. Mas este "novo Terceiro Estado" não se reconhece, nem na França política nem na França ideológica

gica do general De Gaulle, fundadas na Ordem e na Propriedade.

A transição da antiga para a nova aliança poder-se-ia talvez ter processado sem grandes problemas. Mas, paralelamente, o ritmo arrasador da acumulação capitalista pesava com todo o seu fardo de fadiga, "mobilidade", alienações, sobre "os de baixo": operários, camponeses, empregados. A aspiração ao bem-estar e à liberdade, à dignidade, a recusa de se ser tratado como um peão, como "capital variável" em suma, conjugam-se com o mal-estar da pequena burguesia moderna na explosão de Maio de 68. Desta extraordinária mistura, em que se combinam o modernista e o subversivo, em que se confundem as ideias dos Colóquios de Grenoble e de Caen (9) e as mais profundas aspirações proletárias, desta "Revolução unânime e fraterna" (como foram as de Fevereiro de 1848 e Fevereiro de 1917, ou ainda o 25 de Abril português, como o é *sempre* a primeira fase da crise nacional), vai nascer um quiproquo que ainda não se dissipou. Os ideólogos do PSU de Rocard esmeraram-se a refinar a fórmula, antes de integrarem o PS para a tornar operacional: como apresentar os interesses da Nova Pequena Burguesia como sendo os de todo o povo? E como vender a Paz Social à grande burguesia em troca da sua própria elevação ao estatuto de "classe reinante"? (10)

Os dois aspectos são naturalmente inseparáveis. Para abrir caminho (e, em primeiro lugar, ao nível local, na "Sociedade civil"), os promotores do novo bloco hegemónico devem começar por apresentar o seu projecto como expressão das aspirações anti-capitalistas das massas. O feminismo, a vontade de viver na região natal (a), as aspirações à reapropriação do seu trabalho pelos produtores directos: outros tantos temas que, sob a bandeira da "Autogestão", servirão de terreno à "nova cultura política", tão querida de P. Viveret e P. Rosanvallon (11). Dupla manobra: a força e a revolta das massas serão arregimentadas contra o bloco reaccionário e em benefício de uma causa que não é necessariamente a sua; e a vitória dos "autogestionários", que surgirá aos olhos das massas como a "sua vitória", garantirá por algum tempo a paz social. Condição necessária para a manobra: em caso nenhum se poderá deixar "os de baixo" exprimir directamente as suas aspirações. O monopólio da representação deve permanecer nas mãos de uma fracção "dos de cima", enarcas (b) e profissionais da ideologia, de M. Rocard a J. Julliard. (12) Daí o veridicto da futura "corrente das Assises" (c),

---

(a) No original, "vivre au pays" (N.D.T.)

(b) Termo francês que designa os diplomados da Escola Nacional de Administração, ou seja, os Tecnocratas da administração.

(c) Ver nota nº 12

pronunciado por E. Maire contra o projecto de candidatura de Charles Piaget, na altura das eleições de 1974: "Um militante operário, por maior que seja o seu prestígio, não tem necessariamente as qualidades requeridas para ser presidente da República".

A partir daqui, pode ser-se tentado a dar um novo passo: desde o Maio de 68 ao movimento dos Rádios Livres, passando pelo feminismo e pelos "novos movimentos nacionais" (a), tudo o que mexe não passa de uma grande encenação destinada a cobrir a resistível ascensão de um novo bloco hegemónico. Passo que Régis Debray, entre outros, não hesita dar. Mas erro tão grave como o seu simétrico: o daqueles para quem "tudo o que mexe é vermelho". De facto, é preciso ou deixar de acreditar na Revolução no Ocidente ou estar fechado num revisionismo estalinista (13), para não reconhecer, por trás da retórica da auto-gestão, a irreprimível revolta das mulheres e dos homens, operários, camponeses, empregados, contra a organização capitalista do trabalho, o "desordenamento" (b) do território, o sexismo, o racismo. Irreprimível revolta que, mais dia menos dia, não pode deixar de pôr em causa o frágil consenso da "nova cultura" que talentosos ideólogos nos propõem.

O livro de P. Rosanvallon e P. Viveret, por exemplo, não se limita a uma crítica vulgar do marxismo, do género "O comunismo é o gulag mais as centrais nucleares". Eles partem da constatação de que a supressão da burguesia não torna a sociedade transparente e unânime: o totalitarismo que se desenvolveu em todos os países "socialistas" começa por se fundar na negação voluntarista das contradições objectivas que subsistem no seio do povo. Ideia que já fora avançada por muitos marxistas (designadamente os maoistas). Mas estes últimos deduziam daí a necessidade de lutar conscientemente para abolir essas contradições (cidades/campo, operários/camponeses, manuais/intelectuais, etc.), sob pena de se vir a reconstituir uma nova burguesia a partir do aparelho de Estado, tornado necessário pela persistência de relações mercantis na sociedade. Inversamente, estes autores aceitam a ineluctabilidade das contradições na sociedade, derivadas da "natureza Humana", para daí deduzir a permanente necessidade do Estado e duma sociedade política, mas dum Estado que teria como única função "garantir a cada um a possibilidade de empreender". Da confrontação destes "empreende

---

(a) No original, "Mouvements nationalitaires", designando movimentos autonomistas como o bretão, o occitano, etc. (N.D.T.)

(b) No original "déménagement", por oposição a "aménagement" (ordenamento do território). No entanto "déménagement" significa mudança de casa, fazer mudanças, o que alude à migração forçada das populações para fora do território de origem. (N.D.T.)

dores (a) autônomos (destes "experimentadores sociais") e da expressão "positiva" dos seus conflitos, sairá uma nova ordem, uma "nova identidade colectiva", como da agitação anárquica das formigas pode nascer um formigueiro (14).

A manobra é visível. Todas as contradições de tipo "Alto/Baixo" são ignoradas, todos os indivíduos ou grupos de indivíduos são colocados no mesmo plano, livres e diferentes em direito (o que permite recuperar o espírito libertário e o "direito à diferença" e à autonomia). E, por fim, reencontramos a velha tese liberal mas dinamizada: da confrontação dos interesses individuais resulta o equilíbrio geral ... e ótimo, pois ganha o melhor. Lamennais, ideólogo cristão do século passado, tinha já caracterizado esta concepção de liberdade: "a liberdade da raposa livre na capoeira livre".

Mas é também a liberdade dos jovens lobos contra as velhas raposas (e é aqui que os nossos autores servem o modernismo). Protecționismos e corporativismos, que horror! Avante pela inovação e a França alcançará a Alemanha e o Japão. Se puder ...

Mas os problemas não virão apenas da concorrência das antigas classes dominantes e das burguesias estrangeiras. Virão sobretudo das massas, da sua vontade de romper os novos equilíbrios que os modernistas tentarão estabelecer.

Cairão então as máscaras (15) e assistiremos à reconciliação das diferentes fracções burguesas, face "aos de baixo". Como as vimos reconciliarem-se em Junho de 1848, em França, em 25 de Novembro de 1975, em Portugal ... e em Outubro de 1917, na Rússia. Tudo dependerá então da existência e da capacidade organizadora de uma força social (partido? movimento?) capaz de realizar à sua volta a síntese de todas as aspirações anti-capitalistas das massas. Se ainda não se abriu a clivagem entre "modernismo" e "subversão" (16) tal se deve, por um lado, ao facto de o modernismo não ser ainda hegemónico e apresentar-se como uma força de oposição (cada vez mais "construtiva") ao regime vigente; e, por outro lado, ao facto de todas as forças que se opõem à social-democracia, do PCF à extrema-esquerda, não terem ainda plenamente compreendido o carácter subversivo dos novos movimentos sociais, nas fábricas e fora delas (e muitas vezes até os combaterem, caso que foi e é ainda em grande medida o do PCF, como cruelmente o demonstrou a sua atitude perante os acon

---

(a) No original "entrepreneur"; a sua tradução literal (empresário) teria em português um sentido muito mais restrictivo do que o termo francês.



tecimentos de Malville (a), depois do XXII Congresso.

## O DUPLO ASPECTO DAS CRISES ECONÔMICAS

Encontramos os mesmos equívocos e a mesma cegueira na incapacidade das forças que se reclamam do movimento operário em de finir uma estratégia perante a crise econômica do imperialismo e os seus efeitos na Europa do Sul, particularmente em França.

Esquemmatizando exageradamente (17), pode dizer-se que o capitalismo encerra uma dupla contradição. Por um lado, a contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da direcção de cada unidade de produção (as empresas, etc.), onde os capitalistas empregam o trabalho social independentemente uns dos outros. E, por outro lado, a contradição entre os capitalistas e os proletários, que se traduz pela exclusão dos produtores directos da propriedade e da posse dos meios de produção (capacidade de utilizar as forças produtivas e de dispor dos seus produtos). Esta dupla contradição resolve-se pela lei do valor e pela luta de classes, no seio da concorrência, num "regime de acumulação".

Desde a Libertação que o regime em vigor é o da "acumu lação intensiva", caracterizado pela transformação contínua das forças produtivas no sentido de uma desqualificação do trabalho e duma absorção do saber (b) dos produtores pelo sistema das máquinas (c que, após Gramsci, se designa por "fordismo").

Este processo é acompanhado por uma elevação da produtividade que se choca com a primeira contradição do capitalismo: é preciso que o mercado se alargue à medida do aumento da produtividade. Esta contradição é resolvida pela instituição duma "regulação monopolista", cujos traços principais são: a contractualização da massa salarial, incluindo o salário indirecto, cujo aumento, acompanhando o da produtividade, é tido como pré-garantia da expansão dos mercados; o desenvolvimento de grandes empresas e grupos financeiros capazes de integrar e de influir na orientação geral da acumulação; a intervenção do Estado, principalmente na gestão da moeda e na reprodução da força de trabalho.

Mas este processo gera também uma tendência para a baixa de taxa de lucro, decorrente da elevação da composição orgânica

---

(a) Localidade de uma central nuclear francesa onde a polícia reprimiu com extrema violência uma manifestação anti-nuclear.

(b) No original *savoir-faire*, no sentido de "saber prático" (H.D.T.)

do capital (18), que acompanha o desenvolvimento do maquinismo. Esta elevação da composição do capital não pode ser duradouramente compensada por um acréscimo da exploração da força de trabalho, pois acabamos de ver que a acumulação intensiva (a que passou a vigorar nas metrópoles imperialistas depois da Guerra) supõe uma extensão do consumo dos assalariados. A partir daí, não é preciso muito para pôr em crise este regime de acumulação intensiva: basta que se desenvolva, entre "os de baixo", a recusa da organização capitalista do trabalho e da vida e que a tal se junte, da parte dos países do Terceiro-Mundo, a contestação da pilhagem imperialista.

Como se vê, as duas manifestações características das contradições do capitalismo, baixa tendencial da taxa de lucro e tendência para a superprodução, estão intimamente ligadas. Uma manifesta-se na dimensão "Alto/Baixo" (os capitalistas já não conseguem extorquir a mais valia necessária para um crescente capital investido) a outra surge como crise "Alto/Alto" (os investimentos de capitais nos diferentes ramos da divisão do trabalho revelam-se incompatíveis: os produtos não podem ser vendidos ou são-no mas sem render a taxa de lucro esperada). As crises económicas assinalam a ruptura das condições normais de produção, a falência temporária da regulação pela lei do valor. A partir daí podemos distinguir dois tipos de crises:

- As que "restabelecem a unidade dos elementos tornados autónomos" (Marx). A compatibilidade dos diferentes investimentos e da taxa de emprego e de salário é restabelecida pela falência de numerosas empresas, pelos "sacrifícios" impostos aos trabalhadores; e o mesmo regime de acumulação volta a arrancar após a eliminação dos mais fracos. Podemos então falar de "pequenas crises" de "crises na regulação" (foi o caso dos "Krach" tradicionais do ciclo dos negócios na segunda metade do século XIX, da crise do princípio dos anos 20, das recessões ligeiras do Após-Guerra).

Neste caso, a crise faz efectivamente parte da regulação, é um momento da reprodução das mesmas relações sociais, um simples reajustamento que volta a colocar os proletários no seu lugar e que "poda" alguns capitalistas. Tudo recomeça então, "como dantes".

- As que manifestam a impossibilidade de prosseguir o mesmo esquema de acumulação, a necessidade de encontrar uma nova dinâmica entre a produção e o consumo, bem como novas formas de regulação. Podemos então falar de "grandes crises", de "crises da regulação e do regime de acumulação". É o caso da crise de 1930 e, sem dúvida, da Crise actual.

A crise de 1930 resultava, por exemplo, da contradição entre a explosão da produtividade, decorrente do taylorismo e da aplicação dos primeiros elementos do fordismo; e, por outro lado, das formas de regulação econômica, fundadas numa fraca integração dos assalariados no consumo de massa, em mecanismos bastante dêbeis de concorrência inter-industrial, no escalão-ouro e numa fraca intervenção do Estado. O mundo que acabará por sair da crise, no início dos anos 50, apresentará características completamente distintas. Hoje, a "sociedade de consumo", o "Estado intervencionista", que permitiram o apogeu da acumulação intensiva nos anos 50-60, entraram por sua vez em crise.

Como sairá o Capital desta crise? Não sabemos dizer muito mais que La Palisse: se não morre dela (se fracassam todas as tentativas de sair da crise saindo do capitalismo ...), resolvê-la-á, duma maneira ou doutra, quanto mais não seja através de uma nova guerra ... Mas sairá *diferente*, com um outro regime de acumulação, fundado sobre novos processos de trabalho, modos de consumo diferentes, novas alianças de classe, uma nova divisão internacional do trabalho (19). A partir daí, a saída da crise apresentará necesariamente certos aspectos das crises do primeiro tipo: uma selecção, prévia ao até agora mítico "relançamento". Com efeito, quer se trate de aplainar os desvios em relação ao mesmo regime de acumulação (crise do primeiro tipo) ou de mudar, pura e simplesmente, de regime de acumulação, é preciso destruir capital já investido, despedir proletários já empregados, e fazer produzir aos que ficam mais-valia suficiente para financiar novos investimentos. A diferença entre os dois tipos de crise está no facto de a solução da crise do segundo tipo exigir uma "invenção", transformações políticas e sociais. Mas, num primeiro tempo, o efeito é o mesmo que para os trabalhadores.

Por outras palavras, é preciso decidir a crise "Alto/Baixo" para resolver a crise "Alto/Alto", é preciso que os trabalhadores paguem para que os capitalistas possam utilmente regular as suas próprias contas. Claro que a crise não será assim tão catastrófica para todos os trabalhadores. Um núcleo do proletariado mundial aguentar-se-á bastante bem (20), conservará o seu emprego e até talvez, o seu salário, durante todo o processo de reconversão (se esta se realizar sem guerra, o que está longe de ser evidente). Mas esta vantagem de alguns ameaça ser paga pela massa de todos os outros, se o movimento operário se resignar á formidável divisão da classe que dia após dia se aprofunda (trabalhadores permanentes/trabalhadores temporários, homens/mulheres, nacionais/emigrantes, ramos em expansão/ramos em declínio, etc. ...).

Todas as variantes do reformismo procuram, com efeito, negociar a resolução da crise "em cima", através de sacrifícios "em baixo", bem como a integração das camadas dirigentes do reformismo na gestão do regime. Assistimos no entanto a curiosos impasses.

Nos períodos de expansão, o capitalismo vai de vento em popa. Os reformistas apostam na baixa tendencial da taxa de lucro: a elevação da composição orgânica do capital levará o Estado a tomar a seu cargo uma parte crescente das indústrias de base. Basta ao partido operário conquistar eleitoralmente o Estado e a volta está dada! Tal era, no princípio do século, a posição de Kautsky. Contra ele se levanta Rosa Luxemburgo, que profetiza a curto prazo (em 1907) uma crise de superprodução que só poderá ser regulada pelo recurso a despesas de armamento e através de nova partilha do mundo. Em França, nos anos 60, o PCF, com a teoria da crise do "Capitalismo Monopolista de Estado" tinha redescoberto a argumentação de Kautsky. Esta "estratégia" aposta na contradição "Alto/Baixo", no desapossamento dos produtores directos que tanto o maquinismo como o estatismo implicam: é conforme ao projecto de um Capitalismo de Estado, tal como ele se realizou na Europa de Leste.

No entanto, a crise estala sempre antes que os capitalistas privados, desanimados pela magreza das taxas de lucro, passem a mão. Vem a abertura "oficial" da crise. Então, é a vez de os economistas de extrema-esquerda (21) afirmarem que a crise é estrutural, que o capitalismo não a pode resolver nem restabelecer as suas taxas de lucro senão através do esmagamento da classe operária e duma nova divisão internacional do trabalho, e sem dúvida através de uma guerra. A partir de então, só se pode evitar esta saída imperialista da crise por meio da revolução, rompendo com as leis do Capital.

Inversamente, o PCF retoma a argumentação keynesiana da "fraqueza da procura efectiva" e afirma que a austeridade (do plano Fourcade), ao comprimir a procura, é que provoca o desemprego. O que, num certo sentido, é verdade, mas só a muito curto prazo: como o mostra a recuperação do fim de 1975, provocada por um brandamento do plano Fourcade, face à extraordinária resistência operária em 1974/1975. Mas esta mini-recuperação, depressa esgotada, e que não pôde travar o aumento do desemprego atira a França para o campo da "Europa fraca", dos "países de capitalismo doente que não se safarão". A queda do Franco sanciona este não-relançamento e o apelo ao "cavaleiro da austeridade", Raymond Barre, traduz a necessidade que o capital tem de quebrar a rigidez operária. No entanto, para o PCF, o Programa Comum é mais actual do que nunca: cerceamos os lucros dos monopólios (e designadamente os das companhias

petrolíferas), distribuamos o poder de compra, e voltaremos aos be los dias da expansão do Após-Guerra ... e com a "gestão democrática" em acréscimo. Para sair da crise, basta mudar de maioria. Os e conomistas de *França Nouvelle*, que se apercebem bem da fraqueza te órica da posição do PCF, podem multiplicar os seus arrazoados te ntando demonstrar que a alta dos salários poderia ser acompanhada por uma subida da taxa de excedente, na medida em que as "novas for ças produtivas" exigem um trabalho mais qualificado; mas não conse guem convencer ninguém. (22)

Os teóricos ligados ao PS, como M. Rocard e J. Attali, não têm nenhuma dificuldade em demonstrar que, se se permanece no quadro do capitalismo e do mercado mundial, a distribuição de poder de compra suplementar aos assalariados leva ao impasse. A lei do va lor impõe-se, diminuindo a competitividade das empresas francesas, agravando a inflação, desequilibrando a balança do comércio externo.

#### O "NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO"

Mas, deste diagnóstico justo, os "reformistas modernistas" tiram uma conclusão tão afastada da dos revolucionários como da do Programa Comum: é preciso aceitar sacrifícios em termos quan titativos, tentando a compensação no qualitativo. Entre 1974 e 1978, a corrente social-democrata e a direcção da CFDT que se lhe juntou foram-se progressivamente resignando a fazer pagar a crise aos tra balhadores, em troca de transformações qualitativas, de reformas estruturais. Esta estratégia, que justifica o "Recentramento" da CFDT (23), é na realidade importada de Itália: o PCI e o sindicalis mo italiano propõem-na (impõem-na ...) desde há anos, sob o nome de "*novo modelo de desenvolvimento*".

Bruno Trenti, prestigiado líder sindical dos metalúrgicos italianos, mostra-nos as suas implicações num recente artigo em "*Le Monde*". (24) Funda-se numa análise do duplo aspecto da cri se económica: os operários não querem trabalhar como dantes e os patrões já não se podem aguentar na nova divisão internacional do trabalho. As conquistas operárias de 1969/1973 puseram em crise o desenvolvimento capitalista italiano, mas esta crise arrasta tanto patrões como operários para a ruína. É portanto necessário que o sindicato tome nas suas mãos a "saída da crise", impondo um "novo mo delo de desenvolvimento". Nesta perspectiva ofensiva, o sindicato deve determinar as conquistas que a classe operária deve sacrificar em nome do seu papel dirigente:

"(Após 1969) não previmos todas as implicações económicas

das nossas reivindicações, nem favorecemos a tempo uma re conversão industrial. Devíamos ter previsto que a redução dos horários, os novos direitos sindicais, a rigidez que se tinha introduzido na produção, implicavam uma outra es trutura industrial. O sindicato acelerou portanto a crise sem lhe apontar uma solução a devido tempo (...)

"Depois reclamamos reformas e fizemos destas reformas ob jectivos de luta. Os próprios "sacrifícios" tornam-se ob jectivos de luta: nós próprios os determinamos em função da política econômica proposta pelo sindicato (...)

"É preciso batermo-nos pelos sacrifícios! São sacrifícios que os patrões geralmente não querem, porque sabem que as nossas propostas implicam uma redução do seu poder dis cionário. Portanto, neste contexto, a austeridade pode cons tituir uma estratégia visando transformar as estruturas e conômicas e sociais".

Os sacrifícios são assim apresentados com o preço da hege monia proletária: o movimento operário lançar-se-ia sobre a oportu nidade aberta pela crise do "fordismo", tomaria em mãos a direcção do relançamento da produção, aproveitando para impôr uma transforma ção das relações de produção (orientação da acumulação, forma do pro cesso de trabalho, etc. ...), mediante um abrandamento das exigên cias quantitativas "dos de baixo".

Calcula-se o proveito que a "corrente das Assises", e muito especialmente o seu ramo sindical (a actual direcção da CFDT), pode tirar destas propostas. Pois reencontramos aqui, no domínio e conômico, o mesmíssimo quiproquo com que deparamos quando analisamos a crise da hegemonia. Uma vez mais, trata-se de regular uma crise "no alto" (a crise do esquema de acumulação, do modelo de desenvol vimento), através do recalçamento da revolta "dos de baixo"; mas a presentando os sacrifícios consequentes (que tocam essencialmente "os de baixo", mas também, reconheça-se, uma fracção "dos de cima") como a contrapartida duma vitória num outro terreno: a vontade de vi ver e de *produzir de outro modo*.

Podemos verificar agora, na conjuntura de crise, quan tos "estragos" pode provocar uma ideologia que, nos anos 60 e até 1973, podia ser a aliada dos revolucionários, tanto contra a "socie dade de consumo", como, contra as teses produtivistas do revisio nismo e dos defensores do capitalismo de Estado. É certo que o socialis mo (e a revolução cultural chinesa relembrou-o) não é compatível nem

com as formas da grande indústria capitalista, nem com as do Estado burguês (25). E não se poderá mudar o conteúdo de classe de produção e da superestrutura sem mudar também a sua forma material. Mas, ao atirar tudo para as costas das forças produtivas (ou do carácter centralizado do Estado), os "neo-socialistas", esquecendo as relações de produção, caem na mesma armadilha que aqueles (os revisionistas) que tudo esperam do crescimento dessas mesmas forças produtivas.

Hoje, as teses de Illitch, o anti-estatismo, a "nova cultura ecológico-autogestionária", opõem-se tão violentamente como outrora às teses produtivistas e estatistas do Programa Comum, o que seria uma boa coisa se os defensores do Programa Comum não as tivessem consideravelmente atenuado ou não estivessem, pelo menos, em vias de o fazer. Em compensação, elas estão em consonância (em "osmose e intercâmbio") (26) com o "modelo de crise" da grande burguesia: acabou o crescimento, é obrigatória a reestruturação, de qualquer maneira os vossos empregos eram "poluentes" e o vosso consumo também, portanto mais vale ser pobre e ter saúde do que ser rico e doente. Entre o "relançamento" de Giscard e o "novo modelo de desenvolvimento" do PS, da CFDT, do PCI e do sindicalismo italiano, só resta uma diferença: a que distingue o cínico discurso do patrão (27) da opinião do povo.

#### DA VONTADE DE TRABALHAR DE OUTRO MODO RESPEITANDO A COMPATIBILIDADE DE CAPITALISTA

Será que exagero? Ouçamos então o secretário da Federação da Metalurgia CFDT, J. Chérêque, a propósito da crise da siderurgia lorena: (28)

"Pensamos que a batalha sobre o emprego deve ser um processo. Mas não um processo qualquer. Em Estrasburgo, o tema do nosso último congresso era: lutar pelo emprego e por um outro emprego. Tinha-se verificado que o termo "lutar pelo emprego" podia, em última análise, ser conservador: negar a evolução da tecnologia, do progresso. Há um imenso mal-entendido desde o Concorde. O sistema capitalista amarrou de tal modo os operários à sua ferramenta de fabrico que eles chegam a bater-se para defender um produto que os acaba por alienar um pouco mais. Repara como certos sindicalistas defendem o automóvel..."

Na medida em que visa certas palavras de ordem escandalosas que foram enxertadas na defesa do emprego, Chérêque tem ra

ção. Mas, já agora, que empregos, que produtos, não alienam os produtores? Na opinião de Syndicalisme-Hebdo, "Salvar o emprego conquistando um outro tipo de emprego" é uma palavra de ordem autenticamente revolucionária ... mas isso implica precisamente a revolução. De momento, é o capital que decide da reestruturação. Perante ele, o movimento operário deve defender as necessidades de todos os trabalhadores: dos que já não querem trabalhar como dantes, mas também dos que têm ainda necessidade de ganhar a vida e estão dispostos a fazer seja o que for. (29)

É neste ponto que a "luta por um outro emprego", na versão modernista, deixa transparecer o que a separa da luta por "trabalhar de outro modo e viver na região". Após ter aconselhado os sindicalistas lorensos a não se deixarem encurralar numa luta sem saída por empregos alienantes e arcaicos, J. Chérêque passa para o caso da Usinor-Dunquerque, "que investe e se desenvolve" (até quando?):

"Neste caso, a reivindicação prioritária para nós é da 5ª equipe (rotação em 5x8 dos trabalhadores por turnos da siderurgia). Isto criaria imediatamente empregos novos e, de resto, pudemos demonstrar que era rentável graças ao abaixamento dos custos sociais do trabalho de turno: acidentes da última hora de trabalho, doenças profissionais etc, ... Mas também é preciso ter em conta as realidades sobretudo as internacionais; Pôr em causa o trabalho de turno na siderurgia, isso implica a imposição da 5ª equipe ao nível europeu, para depois se ir mais longe".

#### Balanço da demonstração:

1. Aceita-se a mobilidade geográfica e o sacrifício (passageiro, se eles aceitarem emigrar para Dunquerque !) de dezenas de milhares de siderúrgicos da Lorena.
2. Aceita-se subordinar a satisfação das aspirações de "trabalhar de outro modo" aos imperativos da acumulação capitalista: rentabilidade, competitividade.

A partir daqui, a argumentação muda de sentido. Já não se procura apresentar a solução para a crise dos patrões como conforme às aspirações anti-capitalistas das massas. Afirma-se pura e simplesmente que não se pode sair da crise senão resolvendo a crise dos patrões, mesmo à custa de se aceitarem "sacrifícios". Este reformismo candidata-se à gestão da crise "dos de cima" (Atтали propõe-lhes "mudar de ferramenta"), encarregando-se em contra



partida de assegurar a paciência "dos de baixo".

E invoca argumentos de certo peso. Argumentos que, evidentemente, se baseiam na ligação entre os dois aspectos da crise. Para os patrões, a crise é a impossibilidade de prosseguir a acumulação à antiga maneira, é a necessidade de liquidação de certos sectores (logo de certos patrões), a aplicação de novas tecnologias e uma nova divisão internacional do trabalho. Mas isto implica quebrar a resistência dos trabalhadores. Não é que os patrões sejam maus; é que para saírem da sua crise, têm que liquidar (portanto despedir) em certos ramos, investir noutros (aumentar portanto a exploração, a extorsão do lucro). Para os trabalhadores, a crise é, portanto, o desemprego ou o aumento da exploração, o bloqueamento do salário ou a sua diminuição. Mas se os trabalhadores não pagam esta crise os patrões não podem sair da sua: a resistência operária à crise mantém a própria crise em aberto. Daí a ideia, que inspira a estratégia sindical italiana, de que é preciso começar por resolver a crise dos patrões para depois resolver a crise dos trabalhadores. Porque eles nos arrastam no seu naufrágio, é preciso, para nos salvarmos a nós próprios, ajudá-los a recuperar! O movimento operário só deveria formular reivindicações "compatíveis" com as condições duma recuperação da produção, de um relançamento. Estratégia anti-popular, porque não existe solução comum para a crise dos patrões e para a dos trabalhadores, pelo menos para a esmagadora maioria dos trabalhadores, como acima dissemos.

É verdade que a CFDT ainda aí não chegou, e menos ainda a CGT (pelo menos no discurso). Mas a evolução da estratégia sindical italiana deve esclarecer-nos. Com efeito, qual é o seu balanço após alguns anos já de prática constante? Em troca da moderação dos salários no Norte, esperava obrigar os capitalistas a investir no Sul; aceitar-se-ia travar o consumo de automóveis e obrigar-se-ia a FIAT a produzir autocarros! Resultado: se se perdeu nos salários do Norte, não se conseguiu nem os empregos no Sul nem os autocarros. E vai-se acabar na incrível entrevista de Lama (70):

"O sindicato propõe aos trabalhadores uma política de sacrifícios. Não sacrifícios marginais, mas substanciais (...). A política salarial nos próximos anos deverá ser muito co<sup>m</sup> medida (...). Não podemos obrigar as empresas a manter no seu pessoal um número de trabalhadores exorbitante em relação à sua capacidade produtiva, nem continuar a pretender que a Caixa de Integração (31) subvencie permanentemente os operários excedentários (...). Em resumo: mobilidade efectiva da mão-de-obra e fim do trabalho permanente

te subvencionado (...). De 69 até hoje, defendemos a rigidez da força de trabalho. Impunha-se uma taxa de salário e um nível de actividade, e exigia-se que as outras variáveis económicas se vergassem a esta exigência. Mas devemos ser intelectualmente honestos. Era um disparate (...). As empresas que se aproximam do ponto de crise devem ter o direito de despedir (...). Redução do horário de trabalho? Nós já temos, com as 40 horas, um dos horários mais baixos do mundo industrial. Não se pode ir mais longe nesta direcção antes que os outros países adoptem o mesmo horário. Repito: o problema do emprego só se resolve por um relançamento do desenvolvimento, isto é, pela acumulação do capital oportunamente programada pelo Estado (...). Se esta política de sacrifícios que propomos à classe operária viesse a não ser seguida, tal significaria uma vitória dos egoísmos sectoriais. Se isso acontecesse, deixaria de haver esperança para este país. Mas não creio que tal venha a acontecer."

Não, não é R. Barre quem fala. Não ousaria. Também não é um "novo economista", pois os neo-liberais acreditam que da luta dos egoísmos resulta o interesse geral. É um membro do PCI, secretário da maior confederação sindical italiana.

#### ELEITORISMO E ECONOMICISMO FAZEM O JOGO DO MODERNISMO

Mas, então, que fazer?! - exclamará talvez o leitor exasperado. Disse-o já: não sei. Penso no entanto que a estratégia operária deveria partir da "demarche" inversa: da crise tal como a sofrem os trabalhadores, e que combina o peso já insuportável da "antiga maneira de produzir", os custos da impossibilidade de continuar como dantes, e já, para alguns, o peso de novos modos de exploração (no terciário informatizado, por exemplo). Uma tal estratégia deveria partir da defesa intransigente das suas necessidades imediatas e afirmar que é aos patrões que cabe a procura de planos de reestruturação "compatíveis" com as vitórias das lutas operárias, tanto no domínio do emprego e do salário como no da contestação da organização capitalista do trabalho. Sabemos que, a longo prazo, não os encontrarão. Mas, a curto prazo, é a única tática conforme ao interesse de todos os trabalhadores e que, a médio prazo, impõe a revolução social como única saída para a crise. Na realidade, não sairemos da crise resolvendo a crise dos capitalistas (ou então isso custar-nos-ia muito caro), mas suprimindo o capitalismo. Então sim, é a nossa vez de propôr um "novo modelo de

desenvolvimento" e "medidas imediatas para salvar o país". Mas is so não será outra coisa senão a revolução social, a transformação revolucionária das relações de produção, a marcha para o comunismo. "Crispação instintiva hoje, utopia para depois da Revolução", iro nizarão alguns? Não. É a única estratégia que defende imediatamen te todos os trabalhadores e torna ineluctável a questão da revolu ção social. Pelo contrário, limitar-se a falar de "novo modelo de desenvolvimento", sem tocar nas estruturas fundamentais do imperia lismo, significa sacrificar imediatamente uma parte dos trabalhado res, para permitir a uma outra reencontrar (talvez!) amanhã a tran quila exploração de outrora, sob a férula dum capitalismo rejuves necido.

Mas, enquanto se espera a revolução, bastará aguentar firme, resistir palmo a palmo, apostar apenas na rigidez da força de trabalho para impedir o relançamento e barrar caminho à saída ca pitalista da crise? Acreditei e não fui o único. Mas esta estraté gia aparece-me agora inaplicável e falsa. Inaplicável porque, de qualquer maneira, a reestruturação já está largamente lançada, o ca pital está em vias de testar o estabelecimento de novas formas da relação de exploração. Estamos já embarcados, é preciso lutar já num novo terreno. E, sobretudo, porque aquela estratégia está liga da a uma outra estratégia de tomada do poder e de construção do so cialismo, cujo balanço temos de fazer agora: "Primeiro, toma-se o poder, com base no descontentamento geral, e depois se verá o que se pode fazer para transformar as relações sociais no sentido do so cialismo". Uma tal estratégia acaba sempre por conferir a um parti do de especialistas tanto a responsabilidade tática da tomada do poder como a responsabilidade estratégica da transformação social. Mas quando as massas não amadureceram primeiro a vontade de trans formar as relações sociais, quando não começaram a partir daí, a transformar a sua própria versão do mundo e as suas práticas soci ais, quando a tomada do poder aparece, não como um ferrolho que é preciso fazer saltar para libertar a iniciativa "de baixo", mas co mo um cheque em branco concedido a um partido para agir de "cima", será de espantar que as antigas relações sociais se reproduzam na sociedade civil e comecem a reconquistar para a sua lógica as no vas superestruturas? (33)

E há mais: durante um período inteiro, a estratégia da "recusa dos sacrifícios" agrava a crise do capital, mas também a dos trabalhadores. É por isso que a lógica da defesa categorial dos interesses de cada fracção das classes populares acabaria por se re velar catastrófica se fosse levada às últimas consequências, inde pendentemente da construção da unidade popular. É aí que estão ful

cro da questão do programa, do projecto alternativo, da solidariedade activa na luta.

Quando se faz o balanço destes últimos anos, parece-me que a responsabilidade do economicismo (a redução da luta à venda da força de trabalho ao melhor preço possível) e do eleitoralismo (que arrastou tanto o PCF como os grupos de extrema-esquerda que defendiam a estratégia da ultrapassagem) é pesadíssima.

O Programa Comum prometia, no fundo, a cada um a manutenção das vantagens adquiridas e, aos mais desfavorecidos, o acesso à "sociedade de consumo", a generalização do modo de vida da pequena burguesia moderna. Tal Programa ficou completamente caduco com a crise. Mas, entre 74 e 77, o Partido Comunista e os dirigentes da CGT contentaram-se a construir uma "frente dos descontentes", esperando capitalizar, na hora do voto, a oposição verbal a todos os "sacrifícios" exigidos pela política governamental. Pior ainda, combateram a ideia duma convergência das lutas, duma ofensiva geral "dos de baixo", que teria alargado a brecha e imposto a quente uma transformação do quadro político.

Ao longo de quatro anos o PCF repetirá, em todas as lutas, que "nada se pode obter sem mudar o quadro político e mudaremos esse quadro em 1978". Assim, enquanto a greve dos correios de 1974 bloqueava a primeira ofensiva modernista no PS (esse repercutia dentro do próprio PCF com o "rumo de esquerda" no XXI Congresso), face à formidável ascensão das lutas da primavera de 1976 (vinicultores, estudantes, ferroviários punham em cheque a estabilidade governamental), o PCF não arranjou melhor resposta do que fazer os trabalhadores depôr as armas. Para simplificar, poderíamos situar o ponto de viragem entre o sucesso do 19 de Maio e a sabotagem da jornada nacional de 13 de Maio de 1976. As direcções sindicais deram então provas da sua "responsabilidade": esperarse-ia 78. Não foi em Março de 1978 que a esquerda perdeu face à direita, ou o PC face ao PS. Por trás da linha Maginot das sondagens, a desmobilização preparava a derrota (34).

A partir daí, a brecha transforma-se em válvula. Tinha soado a hora de R. Barre e dos "neo-socialistas". Porque a partir do instante em que a rigidez, a recusa "dos de baixo" não se impõe massivamente como o eixo em volta do qual se deve processar a reestruturação (num sentido socialista), está aberto o campo para uma outra reestruturação, modernista e/ou liberal. Nesse deserto das lutas sociais que foi o ano de 77, R. Barre e F. Mitterrand ficaram sozinhos a debater o que poderia ser uma "saída razoável da crise". E o célebre duelo televisivo revelou a evidência: nes

se terreno, R. Barre era o mais coerente. O PCF e o CERES bem podiam falar de "ruptura com o capitalismo": os trabalhadores são suficientemente inteligentes para compreender que não se rompe com um modo de produção várias vezes centenário e hegemônico no planeta através de simples eleições. E, sobretudo, que a ruptura não se mede pela nacionalização das filiais. É que a ruptura que o Programa Comum propunha não exprimia de maneira nenhuma as aspirações profundamente anti-capitalistas que se desenvolviam desde 1968: as aspirações anti-hierárquicas, anti-productivistas, vontade de "viver na região", feminismo, etc... (35) Bem pelo contrário, predominava no PCF a tese, economicista e politicista, segundo a qual a crise da hegemonia da burguesia francesa, pelos efeitos de perturbação (a) que induz (crises da família, da ideia de nação, etc.), ao ocultar as "questões fundamentais" (traduzamos: a nacionalização dos grandes meios de produção e a chegada dos comunistas aos ministérios), acaba por provocar o reforço dessa própria hegemonia! O que é verdade, num certo sentido, pois toda a reestruturação da hegemonia "dos de cima" passa, como vimos, por uma crise ... Mas a inversa não é necessariamente verdadeira, ou só se torna verdadeira se as aspirações anti-capitalistas das massas são desprezadas ou ignoradas por aqueles mesmos que pretendem falar em seu nome (36).

Não se queixem então se as massas radicalizadas através dos temas autogestionários, regionalistas, ecologistas, feministas, etc. ..., votarem nos candidatos socialistas. Aparecendo (embora com pouco fundamento) como um partido aberto a essas aspirações, o PS tinha como efeito o caminho livre para construir um novo consenso, fundado na célebre "nova cultura" em que se confundem as aspirações anti-capitalistas das massas e as reivindicações modernistas da nova pequena burguesia. Será preciso esperar ainda muito para que o grande capital reconheça plenamente os serviços que estes novos Gambetta lhe podem prestar?.

De qualquer maneira, o eleitoralismo e o economicismo terão sido os principais responsáveis de uma eventual vitória (se ela se vier a mostrar ineluctável) do modernismo "neo-socialista", nas massas e na sociedade. Como o começam já a reconhecer certos teóricos ligados ao PCF, como R. Dulong: (37)

"A articulação do movimento operário com os elementos marcados por uma crise hegemônica não pode ser resolvida apenas pela aliança de classe, mas pela explicitação das ta

---

(a) No original, "brouillage", perturbação ou interferência numa emissão de rádio (N.D.T.)

refas que a crise hegemônica impõe na situação de hoje, isto é, no momento em que o sistema social é invadido por frustrações - mas também por valores provenientes do estilhaçamento dos sistemas mercantis. Pode sempre clamar-se contra a "recuperação" destes problemas pelo Partido Socialista, ou contra o seu investimento pelos grupos esquerdistas, mas isso não anula de nenhum modo a realidade do problema em questão: o de afrontar a crise da sociedade como crise da hegemonia, o que também exige que se faça a análise do fenômeno social. Um partido não poderá pretender desempenhar um papel dirigente no processo de mudança sem saber o que há-de fazer em relação a problemas originais da sociedade francesa, fenômenos que não se podem encarar como marginais".

Acrescentemos (se isto pode consolar Dulong) que os "esquerdistas", que a maior parte das vezes reproduziram, na sua relação com as massas, a atitude do PCF denunciada nos célebres artigos de L. Althusser (38), podem dizer o mesmo a propósito dos movimentos feministas e ecologistas.

Resta no entanto a ameaça de um erro igualmente grave: a passagem com armas e bagagens ... para o modernismo, a convergência do eurocomunismo, do "liberalo-libertarismo" de "Libération" e do "neo-socialismo". As referências de R. Dulong ao PCI são bastante inquietantes: mostrei atrás, até onde a ideologia do "novo modelo de desenvolvimento" conduziu o sindicalismo italiano, no quadro do "compromisso histórico".

#### QUE FAZER AGORA?

Denunciar, como Régis Debray e o CERES (39) esta "esquerda americana"? Entrincheirarmo-nos em valores seguros, a velha classe operária com a sua ideologia, tal como a sociedade francesa a modelou, tal como durante quarenta anos o PCF a confrontou, impermeável ao feminismo e respeitadora das hierarquias estabelecidas? Ou nos marginalizados pelo modernismo, os imigrantes e as multidões famintas do Terceiro Mundo? Agarrarmo-nos à realidade fundamental: a exploração, a extorsão da mais-valia? Lembrar que a Citroen é já o Gulag e que o Terceiro Mundo está nas nossas ruas? É evidente que é preciso fazê-lo: mas não basta. É preciso bater o modernismo no próprio terreno que ele tenta ocupar, porque este é também o nosso terreno, o das nossas revoltas e das nossas esperanças, o da subversão da ordem antiga. É preciso desfazer o que proquo.

Claro que o quiproquo está *também* nos movimentos de massa; é verdade que a recusa de "continuar como dantes" encerra duas evoluções possíveis (40). Mas é exactamente por isso que é preciso varrer os nossos esquemas, saber reconhecer o que nasce, o que se está a desenvolver, saber destrinçar o "movimento real"(41) vindo "de baixo" e as formas desviadas para as quais uma fracção dos "de cima" o tenta canalizar.

Que ideias pomos por trás daquilo a que eles chamam "auto-gestão"? A recusa de sermos tratados como peões, a ideia de que não precisamos dos patrões, a vontade de controlar o nosso próprio trabalho e a nossa vida quotidiana, a recusa do despotismo de empresa e do poder do dinheiro ou da "competência". E que ideias põem eles? Que os quadros mais "dinâmicos" ou os sindicalistas mais competentes sejam "livremente" designados pelos seus colegas para provarem a sua capacidade de iniciativa e de afrontar a concorrência ... !

Em que pensamos nós quando falamos de "feminismo"? Na recusa da secular opressão das mulheres, do devotamento ancestral que produz as dactilógrafas submissas e as maravilhosas fadas do lar que tratam das chagas dos operários. Na recusa do sexismo, que cimenta a ilusória unidade dos homens, exploradores e explorados, contra as mulheres, do contramestre e do operário contra a operária.

E em que pensam eles? No direito de as mulheres serem ministro da saúde, presidente da câmara de Dreux ou presidente de Waterman. Que é que está por trás do "regionalismo", dos "novos movimentos nacionais"? A vontade de viver e trabalhar na região, enraizados numa comunidade concreta, de decidirmos entre nós o que se produz e porquê, de controlarmos o nosso modo de vida, de desenvolvermos a nossa própria cultura, a recusa dos nivelamentos e da "mobilidade da mão-de-obra". E a que é que eles chamam descentralização? Ao estabelecimento de uma densa rede de "notáveis" modernos, responsáveis por pequenas zonas de emprego compartimentadas, desenrascando-se localmente para gerir o desemprego e a penúria e para oferecer mão-de-obra temporária às firmas multinacionais do Império Atlântico.

Não é fugindo destes terrenos que nos defendemos do modernismo. É levando até ao fim as aspirações que eles exprimem, agudizando as suas exigências até que possa amadurecer todo o seu significado subversivo. E desenvolvendo o único "valor" de Maio que a "nova cultura" não recupera: a solidariedade, a unidade popular.

Uma vez mais se põe a questão do programa de luta, combinando a resistência à reestruturação e a luta pela transformação das relações sociais. Esboçando o projecto de uma outra sociedade.

Uma estratégia revolucionária face à crise só pode ser construída com base numa dupla exigência e em correspondência com o duplo aspecto da crise:

- recusa intransigente de qualquer sacrifício para "os de baixo" (o que não impede os compromissos em função de uma relação de forças degradada);
- reconstrução da unidade popular revolucionária, integrando as aspirações anti-capitalistas que atravessam a sociedade francesa num projecto novo, rompendo com o produtivismo, o estatismo, o corporativismo, o sexismo, o racismo, etc.... Porque "os de baixo" já não podem defender-se à antiga maneira.

Obra de grande fôlego, de debate e de reflexão, no seio do movimento de massas, em ligação com as práticas sociais radicais, nas empresas e fora delas ... (Quase) tudo para recomeçar. Mas, ao contrário de 1850, a Crise está longe de ter terminado!

É evidente que não se luta da mesma forma nos "maquis" ou no Reno. Mas onde há opressão há resistência. É preciso retomar a iniciativa, a partir dos actuais esboços, dos polos de recusa (dos Lip ao Lazac, passando pelos Sonacotra ...), a partir das lutas das mulheres, das lutas contra a nuclearização e a informatização capitalista da sociedade ...

Hoje em dia, já ninguém tem no bolso os planos da contra-ofensiva. Mas a resistência dos que se batem de costas contra o muro não nos consente o direito à resignação. Ou será preciso convertermo-nos ao chiismo?



## NOTAS

1. *France Nouvelle*, de 11/12/78, publica um dossier inteiro sobre a "Teoria econômica marxista no debate político", sem que aí a pareça a sigla mágica: "C.M.E."
2. Metáfora empirista hoje muito em voga. Imagina-se um Althusser a dissecar um bebê para demonstrar que a verdade do marxismo não se encontra em estado puro na ganga das revisões e dos dogmatismos como o diamante na ganga ...
3. K. Marx, "*Les luttes de classes en France*", ed. Sociales, 1970
4. Ver, designadamente, "*Historie économique et sociale de la France*", tomo 3, PUF 1976. Este tipo de crise é característico da transição para o capitalismo. O essencial do consumo operário é consagrado à alimentação, produzida em condições extra-capitalistas (pequena produção mercantil, com formas de feudalismo). Uma má colheita provoca alta dos preços dos alimentos e o desemprego dos operários agrícolas. Daí a baixa na procura para a indústria textil e crise do conjunto da indústria capitalista. Aqui, o choque que desencadeia a crise é muito periférico em relação ao capitalismo. Após 1848, as crises vão partir da própria esfera capitalista.
5. Ver, por exemplo, Lenine, "*A doença infantil do comunismo*", capítulo 9 (1920). Ao contrário do que P. Rosanvallon e P. Viveret escrevem, a propósito desta tese (*Pour une nouvelle culture politique*", Seuil, 1977), o aspecto decisivo não é o de fazer com que "os de baixo não queiram mais", através de "uma tomada de consciência". Para Lenine, o problema das condições revolucionárias é, em primeiro lugar, o da "crise de hegemonia": "os de cima já não podem" ...
6. "A hegemonia" é a capacidade de um grupo dirigente apresentar os seus interesses como sendo os da comunidade inteira. Um bloco hegemónico é uma aliança de fracções de classe que assegura a sua dominação sobre as classes populares, não apenas pela força, mas também através de uma ideologia, um conjunto de valores, veiculados por certos números de camadas intermediárias e que encontram apoio no próprio seio do povo.
7. O texto que se segue mostrará que, sob certas condições, a crise pode ser efectivamente despoletada. Sem uma análise concreta das condições da luta de classes em França, Régis Debray (*Modeste contribution aux discours et cérémonies officielles du dixième anniversaire*, Maspero, 1978) cai no erro (simétrico da ideo

- logia da "brecha") de sō ver o funcionamento de "válvulas" mo dernizadoras no desenvolvimento dos movimentos sociais. O "fe tichismo da regulação" baseia-se simultaneamente num preconcei to político (a revolução não concerne os centros imperialistas) e numa leitura muito selectiva da realidade. Ver a excelente crítica do livro de R. Debray por J. Staco, "A ses premieres a mours on y revient toujours", *Comunisme*, nouvelle série, n 3 1979.
8. O texto que se segue sistematiza, deste ponto de vista, diver sos desenvolvimentos já apresentados em artigos publicados nas revistas *Les Temps Moderns* e *Partis Pris*.
  9. Colóquios realizados em 1967, um pelo PSU e outro por universi trios modernistas.
  10. A "classe reinante" (na terminologia talvez pouco feliz de N. Polantzas que quer, assim, distingui-la da classe dominante)  a que fornece o pessoal de enquadramento superior, os altos fun cionrios de Capital. Sobre o quiproquo modernista, cujo terre no principal é o "quadro de vida", ver designadamente: A. Lipietz, *Le tribut foncier urbain*, Maspero, 1974 e *Le Capital e son es pace*, Maspero, 1978; Garnier e Goldschmidt, *Le socialisme  vi sage urbain*, Rupture, 1978 e *La comdie urbain*, Maspero 1978; ver também o dossier "L'offensive des nouveaux socialistes" *Par tis Pris*, n 4, Nov. 1978.
  11. Ver nota 5. O primeiro  chefe de redação da revista *Faire*, porta voz dos partidários de M. Rocard, o segundo dirige a re vista teórica da CFDT.
  12. Após a morte de G. Pompidou, esboçou-se um movimento na extre ma-esquerda, grupuscular ou apartidária, para pedir a Charles Piaget, animador da greve dos Lip, que representasse na cena po ltica as novas aspirações populares que se desenvolviam em Fran a desde Maio de 68. Perante este projecto, todas as direcções reformistas, "arcaicas" ou "modernistas", "jacobinas" ou "au to-gestionrias", do PS ao PCF, passando pela CFDT e CGT, se u niram em volta de F. Mitterand. Os amigos de M. Rocard, então no PSU, bloquearam o projecto e apoiaram também a candidatura de Mitterand. E a seguir, a quando das "Assises pour le Socia lisme" aderiram ao PS, com a benção da direcção da CFDT. As "As sises" foram organizadas, designadamente, por J. Julliard, di rigente da CFDT e autor de "*Contre la politique professionnelle*" (Seuil).
  13. Chamo revisionista a uma ideologia que, continuando a referir-

-se ao pensamento de Marx (ou de Lenine ou Mao ...), embota o seu gume revolucionário. O revisionismo estalinista caracteriza-se, entre outras coisas, pela equação: "Nacionalização + desenvolvimento industrial = socialismo".

14. Os nossos autores, como de resto Debray, fazem naturalmente referência à moda biológico-cibernética da "ordem pelo ruído".
15. Ver a entrevista, particularmente explícita, de P. Viveret em *Partis Pris*, nº 4, Nov. de 1978.
16. Isto acontece, no entanto, algumas vezes, como no caso das lutas camponesas em que os "modernistas" e os "Camponeses-Trabalhadores", outrora aliados perante a propriedade fundiária, se afrontam agora quando está em jogo a sobrevivência de explorações "não-competitivas". O que é ainda mais claro nos casos em que a recusa popular da nova divisão (capitalista) do espaço toma uma aparência "arcaica". Vimo-lo quando do tiroteio de Montredon (entre vinicultores occitanos e CRS), momento em que um jornalista de *Le Monde*, próximo da "corrente das Assises", redescobriu bruscamente as virtudes do Estado repressivo: "Onde está a Ordem Pública? Para que servem as leis quando as vemos ser aplicadas mais contra as ideias subversivas do que contra as acções ilegais? (...) Parece que, desde as leis de Méline em favor dos agricultores, ninguém, nem à esquerda nem à direita, os ousa conter. Onde está o Estado?".

Sobre as contradições ligadas à penetração capitalista na agricultura, ver *Nouvelles Campagnes*, nº 1, Out./Nov. 1978 rue St. Ursule, 31 000, Toulouse.

17. Os parágrafos seguintes apoiam-se nas análises que faço numa obra em dois volumes, *Crise et inflation: pourquoi?*, Maspero, 1979.
18. É o peso do "trabalho morto", cristalizado sob a forma de máquinas, em relação ao "trabalho vivo". Como só este último produz mais-valia, esta evolução faz geralmente baixar a relação entre a mais valia e o capital investido.
19. Muitos são os que se exercitam na economia-ficção. Podemos imaginar: uma transferência do "fordismo" para certos países dominados, o desenvolvimento dum "neo-fordismo" em certas metrópoles (com uma certa recomposição das tarefas tornada possível pela automação, com uma nova expansão do terciário, tornando-se o próprio terciário terreno de acumulação pelo desenvolvimento da telemática, etc.); etc. ...

20. Os tipógrafos alemães, por exemplo, conseguiram conservar o seu estatuto (salário, emprego e qualificação) apesar das imensas mutações em curso no seu ramo. Mas aquilo que o capitalismo a lemão se pode permitir (expulsando de resto dois milhões de e migrantes) estará ao alcance dos capitalismos em piores condi ções?

21. Ver por exemplo S. Amin, A. Faïre, M. Hussein, G. Massiah, *La crise de l'impérialisme*", ed. de Minuit, 1975.

22. Ver por exemplo, os artigos de M. Bormann, J. Babiere, B. di Crescenzo, P. Herzog, em fins de 1976. De um modo geral, na altura da renegociação do Programa Comum, os economistas do PCF deixaram transparecer a sua grande impreparação face ao momento de gestão da crise. Ao proporem bruscamente a compressão da hierarquia salarial, e deixando no vago a questão da ruptura com o mercado, ou foram longe de mais ou ficaram aquém do necessário.

Constata-se aqui o preço de certas críticas demasiado fáceis ao "catastrofismo luxemburguista". A palavra de ordem "a crise não é fatal", justa quando se pretende significar que não é produto de "leis naturais" mas de "leis do modo de produção capitalista", pode tornar-se a divisa do cretinismo económico-parlamentar logo que passe a significar que "a podemos e vitar com uma boa política" ... mas sem romper com as relações fundamentais do modo de produção. Para o que não basta a nacionalização dos 9 grupos mesmo com as suas filiais ...

23. Nas linhas que se seguem, não tenho a pretensão de analisar a crise actual do movimento sindical, o alcance político do "recentramento" da CPDT, nem a contestação que se desenvolve dentro da CGT. Tento apenas mostrar que as consequências daquilo que tem sido o nosso mau domínio do duplo aspecto da crise, nos debates de estratégia sindical.

24. *Le Monde*, 6/12/1978.

25. Como o prova, "a contrario", o restabelecimento acelerado do capitalismo na China, sob a capa das "quatro modernizações". Ver o artigo de P. Tissier no *Monde Diplomatique* de Dezembro de 1978 e ainda mais significativo, "Les chinois sont pressés", *Le Nouvel Economiste*, de 27 de Novembro de 1978.

26. Segundo a expressão de M. Bosquet (*Le Nouvel Observateur*, 30/8/1976) que sublinha a convergência entre "neo-socialistas" e "neo-liberais" e se interroga: "Há um uso bom do giscardismo?"

27. "Não têm pão? Comam brioches!", dizia já Maria Antonieta, com

o mesmo desprezo que R. Barre em relação "aos cortejos de car  
pideiras e exibidores de cartazes".

28. Entrevista a *Libération*, 26/9/78. Desde então, Chérêque teve de adotar um pouco as suas expressões.
29. Na medida em que o sindicalismo tem por missão a defesa das condições de venda da força do trabalho no quadro das relações de produção capitalistas, poderemos perguntar se não será inevitável a sua evolução para uma lógica do tipo da de Chérêque, de Trentin ou de Lama, esteja sob uma direcção de orientação social-democrata modernista, corporatista ou revisionista. Essa é, i negavelmente, uma tendência de fundo do sindicalismo. No entanto, já Marx falava de uma utilização revolucionária do sindicalismo: tirar partido da força da associação dos trabalhadores conseguida neste terreno como uma alavanca para pôr em causa as próprias relações de produção capitalistas. Isto exige que, dentro do sindicato, vença uma linha orientada para a defesa de to  
dos os trabalhadores (incluindo as mulheres, os imigrantes, os sem-estatuto, etc. ...) e não apenas para a defesa da "aristocracia operária".
30. Secretário nacional da Confederação Geral do Trabalhadores Italianos. Entrevista em *La Repubblica*, 24/1/78.
31. Caixa de garantia contra o desemprego técnico.
32. Como o expõe o notável artigo de Roland Dérrieu, "La CFDT, la crise, et les rapports de production", *Partis Pris*, nº5, Dez  
bro de 1978
33. Ver sobre este ponto a entrevista de C. Bettelheim: "Questions sur le marxisme-leninisme après la mort de Mao-Tsetung" *Partis Pris*, nº 3, Outubro de 1978.
34. Tudo isto pode acontecer porque os revolucionários tinham sido batidos, dentro da esquerda operária, pelos reformistas e cen  
tristas. E, sem margem de dúvida, por sua própria culpa. Entenda-se que não procuro "distribuir condecorações" mas analisar um processo.
35. Estas aspirações, sob a bandeira de Maio de 68 contra o Programa Comum de 1972, foram durante muito tempo patrimônio comum dos "esquerdistas" e dos futuros "modernistas". A partir de 1977 para os dirigentes do PCF, elas vão tornar-se miraculosamente as "ideias do XXII Congresso". O que é uma forma do confessar que eram estrangeiras ao Programa Comum!! Com a brochura "La Liberté guide nos pas" e com a espectacular série de artigos

na *France Nouvelle*, durante o Inverno de 77/78, assinados por F. Hinckler, M. Jouet, etc. e até ... P. Boccara, o PCF parece descobrir, com dez anos de atraso, que as forças produtivas não eram neutras e que os "novos movimentos sociais" podiam enriquecer a consciência de classe. Mas enfim ... "Não adianta correr" ...

Quanto à sinceridade desta conversão, é preciso julgá-la pela atitude concreta do PCF após o XXII Congresso (em Malville ou a propósito da manifestação pelo Larzac em Paris...) e não apenas pelas publicações ou pelas bandeiras.

36. Seria preciso explicar, bem entendido, as bases sociais e as raízes ideológicas desta atitude do PCF. Principalmente implantado na aristocracia e na burocracia operária (funcionários do sindicalismo, das comissões paritárias e do municipalismo), teve durante muito tempo como ponto de referência o modelo soviético (ou seja o Capitalismo de Estado) que serviu de garante dos interesses da sua camada dirigente e dos seus apoiantes. Muito tardiamente, é forçado a ter em conta a ascensão da pequena burguesia moderna e o desenvolvimento de novas aspirações anti-capitalistas na esquerda operária e popular (que também existe nas suas fileiras), mas agora sob a dupla concorrência do PS e da esquerda extra-parlamentar. É portanto inaceitável tomar o PCF como o partido da "concorrência revolucionária" de classe, oposto ao PS, partido de "concorrente reformista". A meu entender, estes dois partidos representam duas orientações reformistas e as suas actuais hesitações estão no essencial situadas no campo do reformismo. O que não impede que a crise dos seus projectos não acabe por abrir o espaço de um debate entre todos aqueles que queiram procurar em comum, para lá das antigas clivagens, as bases de uma estratégia para a França de hoje (mas não para os que venham à pesca de recrutas com a linha já no bolso).

37. R. Dulong, *Les régions, l'État et la société locale*, PUF, 1978. Muito significativamente, numa versão anterior do seu texto, R. Dulong multiplicava os sarcasmos contra todos aqueles movimentos que se limitavam a "diluir o 'enjeu' económico", ao mesmo tempo que se regozijava de ver a polarização nacional esquerda/direita abafar progressivamente as expressões regionalistas, designadamente através da ... expansão do PS no Oeste! (Ver a minha nota de leitura sobre *La Question Regionale* de R. Dulong e L. Quéré, em "*Recherches économiques et sociales*" nº 11, La Documentation Française, 1978.

38. L. Althusser, *Ce qui ne peut plus durer dans le Parti Communiste*

te Français, Maspero, 1978.

39. No número Julho-Setembro 1978 de *Repres*, J.P.Chevnement, a ps ter correctamente caracterizado a linha Rocard, detm-se longamente na defesa do Programa Comum e na construção do PS, fazendo apelo a que as duas linhas se ocupem da "promoção política das mulheres"!
40. Acontece sempre assim. Em Julho de 1917, as massas russas ainda se reconhecem maioritariamente nos partidos da modernização capitalista do Império russo (S.R. e mencheviques). Para K. Korsch e A. Pannekoek, Lenine era, de resto, o representante mais conseqüente desta tendência! Em todo o caso, as experiências russa e chinesa mostram que, mesmo já muitos anos depois da revolução, a linha de demarcação nem sempre é evidente.
41. "Nós chamamos comunismo ao movimento real que abole o estado de coisas existente" (Marx, Engels, *A Ideologia Alemã*).